

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	1
1.1. Conceito e denominação	1
1.2. Característica.....	1
1.3. Divisão	1
1.4. Natureza	2
1.5. Autonomia	2
1.6. Evolução no Brasil.....	2
CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO	5
2.1. Princípio da proteção.....	6
2.1.1. Princípio do <i>in dubio pro misero</i> (ou <i>in dubio pro operario</i>).....	7
2.1.2. Princípio da norma mais favorável.....	8
2.1.3. Princípio da condição mais benéfica (“cláusula mais vantajosa”) ...	9
2.2. Princípio da primazia da realidade	11
2.3. Princípio da inalterabilidade contratual lesiva	13
2.4. Princípio da intangibilidade salarial	13
2.5. Princípio da irredutibilidade salarial	15
2.6. Princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas (ou indisponibilidade, ou inderrogabilidade)	17
2.7. Princípio da continuidade da relação de emprego	17
2.8. Princípio da imperatividade.....	18
CAPÍTULO 3 – FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	21
3.1. Fontes materiais (reais ou primárias).....	21
3.2. Fontes formais (secundárias)	22
3.2.1. Autônoma.....	22
3.2.2. Heterônoma	24
3.3. Interpretação das leis trabalhistas.....	25
CAPÍTULO 4 – RENÚNCIA E TRANSAÇÃO	37

CAPÍTULO 5 – DAS COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA (CCP).....	43
CAPÍTULO 6 – RELAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.....	57
6.1. Das diferenças entre relação de trabalho e relação de emprego.....	57
6.2. Da relação de emprego.....	58
6.3. Dos requisitos caracterizadores da relação de emprego	59
6.3.1. Trabalho prestado por pessoa física.....	59
6.3.2. Pessoaalidade.....	62
6.3.3. Não eventualidade ou habitualidade.....	63
6.3.4. Onerosidade	64
6.3.5. Subordinação.....	66
6.3.6. Alteridade.....	68
6.4. Considerações finais sobre a relação de emprego.....	69
6.5. Modalidades especiais de trabalho: características principais.....	72
6.5.1. Trabalho autônomo.....	72
6.5.2. Trabalho eventual.....	74
6.5.3. Trabalho avulso	75
6.5.4. Trabalho voluntário.....	85
6.5.5. Estagiário	89
6.5.6. Cooperativa	98
6.5.7. Residência médica.....	98
6.5.8. Trabalho prisional.....	98
6.5.9. Cabo eleitoral.....	99
6.5.10. Associações denominadas empresas juniores.....	99
6.5.11. Salão-parceiro/profissional-parceiro	100
CAPÍTULO 7 – SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	103
7.1. Empregado.....	103
7.1.1. Da proibição de distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual	103
7.1.2. Trabalho em domicílio e a distância.....	104
7.2. Empregado “hipersuficiente”.....	106
7.3. Relações empregatícias especiais	107
7.3.1. Empregado doméstico	107
7.3.1.1. Requisitos específicos da relação de emprego do doméstico	107
7.3.1.2. Direitos assegurados ao doméstico.....	109
7.3.1.2.1. Constituição Federal de 1988	110
7.3.1.2.2. Lei Complementar nº 150/2015.....	112
7.3.2. Empregado rural.....	126
7.3.2.1. Requisitos específicos da relação de emprego do rural.....	127

7.3.2.2.	Intervalos na jornada de trabalho do rural.....	128
7.3.2.3.	Trabalho noturno.....	129
7.3.2.4.	Aviso-prévio.....	129
7.3.2.5.	Descontos sobre salários.....	129
7.3.2.6.	Produtor rural x contrato de trabalho a prazo determinado (contrato de safra).....	130
7.4.	Empregador.....	131
7.4.1.	Conceito.....	131
7.4.2.	Características.....	131
7.4.3.	Empregador por equiparação.....	132
7.4.4.	Grupo econômico.....	132
7.4.5.	Sucessão de empregadores.....	137
7.4.6.	Poderes do empregador.....	137
7.4.6.1.	Caracterização.....	137
7.4.6.1.1.	Poder diretivo.....	138
7.4.6.1.2.	Poder regulamentar.....	139
7.4.6.1.3.	Poder fiscalizatório.....	140
7.4.6.1.4.	Poder disciplinar.....	142
7.4.7.	Contrato de empreitada (dono de obra) e subempreitada.....	143
CAPÍTULO 8 – TERCEIRIZAÇÃO.....		147
8.1.	Contrato de trabalho temporário.....	147
8.1.1.	Características do trabalho temporário.....	149
8.1.2.	Direitos dos trabalhadores temporários.....	152
8.1.4.	Responsabilidade da empresa tomadora ou cliente.....	154
8.2.	Terceirização em geral.....	155
8.3.	Diferença entre a intermediação de mão de obra e a terceirização.....	166
8.4.	Súmula nº 331 do TST.....	166
8.5.	Efeitos na Administração Pública.....	170
CAPÍTULO 9 – CONTRATO DE TRABALHO.....		171
9.1.	Características do contrato de trabalho.....	175
9.2.	Classificação do contrato de trabalho.....	175
9.3.	Assinatura da CTPS.....	177
9.4.	Contrato individual de trabalho.....	183
9.4.1.	Conceito.....	183
9.5.	Contratos por prazo determinado.....	184
9.5.1.	Contratos por prazo determinado da CLT.....	184
9.5.1.1.	Hipóteses de contratação.....	185
9.5.1.2.	Duração dos prazos.....	186
9.5.1.3.	Prorrogação dos prazos.....	186
9.5.1.4.	Sucessividade.....	186

9.5.1.5.	Resilição do contrato (sem justa causa).....	187
9.5.1.6.	Cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão – cláusula do aviso-prévio	188
9.5.1.7.	Suspensão e interrupção	188
9.5.1.8.	Estabilidade adquirida no curso do contrato.....	189
9.5.1.9.	Contrato de experiência.....	190
9.6.	Contrato de aprendizagem.....	191
9.7.	Contrato intermitente.....	195
9.8.	Contrato provisório da Lei nº 9.601/1998.....	197
CAPÍTULO 10 – ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO		199
10.1.	Classificação das alterações do contrato de trabalho.....	201
10.2.	Alterações objetivas do contrato de trabalho.....	202
10.2.1.	Alteração de função	202
10.2.2.	Alteração do salário	205
10.2.3.	Alteração da jornada.....	206
10.2.4.	Alteração do local da prestação de serviços.....	209
10.2.4.1.	Adicional de transferência	212
10.2.4.2.	Despesas com transferência	214
10.3.	Alterações subjetivas do contrato de trabalho	215
10.3.1.	Previsão legal.....	216
10.3.2.	Princípios que regem a sucessão de empregadores.....	218
10.3.4.	Responsabilidades das empresas na sucessão de empregadores.....	220
10.3.5.	Casos especiais	224
CAPÍTULO 11 – INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO		227
11.1.	Conceito.....	227
11.2.	Características	227
11.3.	Principais pontos de semelhanças entre os institutos.....	229
11.4.	Principais pontos de diferenças entre os institutos	229
11.5.	Hipóteses de cabimento da interrupção	230
11.5.1.	Hipóteses do art. 473 da CLT	232
11.6.	Hipóteses de cabimento da suspensão	234
CAPÍTULO 12 – FÉRIAS		247
12.1.	Período aquisitivo	248
12.1.1.	Da perda do direito às férias.....	248
12.2.	Período concessivo	251
12.2.1.	Da época da concessão do período de férias.....	251
12.2.2.	Da concessão do parcelamento das férias	252

12.2.3.	Da fixação das férias por sentença.....	253
12.3.	Dos cálculos das férias (art. 130 da CLT).....	253
12.3.1.	Cálculo das férias.....	254
12.3.2.	Das faltas justificadas.....	255
12.4.	Do pagamento da remuneração das férias.....	256
12.4.1.	Do prazo para o pagamento	257
12.4.2.	Do pagamento das férias em dobro.....	257
12.4.3.	Direito de receber pelas férias na extinção do contrato de trabalho.	260
12.5.	Do abono pecuniário	262
12.6.	Das férias coletivas	264
12.6.1.	Do fracionamento das férias coletivas.....	264
12.6.2.	Da ampla publicidade.....	265
12.6.3.	Dos empregados com período aquisitivo incompleto.....	266
12.7.	Da prescrição	266
CAPÍTULO 13 – REMUNERAÇÃO E SALÁRIO		267
13.1.	Princípios de proteção ao salário	271
13.1.1.	Princípio da irredutibilidade salarial.....	271
13.1.2.	Princípio da intangibilidade.....	272
13.2.	Características do salário	272
13.3.	Complexo salarial e suas modalidades.....	274
13.3.1.	Salário básico	274
13.3.2.	Salário <i>in natura</i> (ou salário-utilidade)	274
13.3.3.	Sobressalário.....	282
13.3.4.	Adicionais.....	288
13.3.5.	Prêmio	300
13.3.6.	Salário compressivo	301
13.4.	Parcelas que não possuem natureza salarial.....	301
13.5.	Descontos no salário.....	306
13.5.1.	Descontos permitidos no salário do empregado.....	306
13.5.2.	<i>Truck system</i> (sistema de trocas)	309
13.5.3.	Descontos no salário dos domésticos.....	309
13.6.	Décimo terceiro salário.....	309
13.6.1.	Lei nº 4.090/1962.....	310
13.6.2.	Lei nº 4.749/1965 – Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962	310
13.6.3.	Decreto nº 57.155/1965 (regulamenta a Lei nº 4.090/1962)....	311
13.6.4.	13º salário proporcional	311
13.6.5.	Servidor público cedido – Súmula nº 50 do TST	312
13.6.6.	Resumo sobre 13º salário.....	312
13.7.	Da proteção ao salário mínimo.....	312
13.7.1.	Salário mínimo do professor	317

13.8.	Do pagamento	318
13.8.1.	Do tempo do pagamento	318
13.8.2.	Do lugar do pagamento	319
13.8.3.	Do meio de pagamento.....	320
13.8.4.	Retenção do salário.....	321
13.9.	Equiparação salarial.....	321
13.9.1.	Art. 461 da CLT	322
13.9.2.	Requisitos da equiparação salarial.....	324
13.9.3.	Súmula nº 6 do TST.....	326
13.9.4.	Equiparação salarial e a Administração Pública.....	329
13.9.5.	Equiparação e substituição de caráter não eventual.....	330
13.9.6.	Desvio de função	330
13.9.7.	Acúmulo de funções	331
CAPÍTULO 14 – DURAÇÃO DO TRABALHO.....		333
14.1.	Jornada de trabalho	336
14.1.1.	Espécies de jornadas.....	341
14.1.1.1.	Turnos ininterruptos de revezamento	341
14.1.1.2.	Trabalho em regime de tempo parcial.....	346
14.1.2.	Variações de horários – minutos que antecedem ou sucedem a jornada.....	348
14.2.	Horas extraordinárias.....	350
14.2.1.	Horas extras autorizadas por lei.....	355
14.2.2.	Integração, cálculo e supressão das horas extras.....	357
14.3.	Formas de compensação da jornada	360
14.3.1.	Compensação de jornada (semanal).....	361
14.3.2.	Banco de horas	365
14.3.3.	Regime de 12 x 36 horas de trabalho	366
14.3.4.	Semana espanhola.....	368
14.3.5.	Empregado Doméstico	369
14.3.6.	Menor Trabalhador	370
14.3.5.	Do sobreaviso e da prontidão.....	371
14.4.	Vedação da prorrogação da jornada	373
14.5.	Prorrogação e compensação de jornada em condições insalubres.....	375
14.6.	Ônus da prova da duração do trabalho.....	376
14.7.	Registro de ponto por exceção.....	378
14.8.	Descansos trabalhistas	379
14.8.1.	Intervalo intrajornada	379
14.8.1.1.	Intervalos intrajornadas específicos	385
14.8.2.	Intervalos interjornadas.....	391
14.9.	Repouso semanal remunerado e feriados.....	392
14.9.1.	Trabalho em domingo e feriados	394
14.9.2.	Da remuneração	398

14.9.3. Da não concessão do RSR.....	401
14.10. Trabalho noturno.....	402
14.10.1. Trabalho noturno para o empregado urbano.....	402
14.10.2. Trabalho noturno para o empregado rural.....	404
14.10.3. Trabalho noturno para o advogado (Estatuto da OAB – Lei nº 8.906/1994).....	404
14.10.4. Trabalho noturno do empregado doméstico (LC nº 150/2015).....	404
14.10.5. Trabalho noturno do portuário.....	404
14.10.6. Do adicional noturno.....	405
14.11. Jornadas especiais de trabalho.....	408
14.11.1. Bancário.....	408
14.11.2. Advogado.....	413
14.11.3. Professor.....	414
14.11.4. Jornalista.....	415
14.11.5. Engenheiro e médico.....	415
CAPÍTULO 15 – AVISO-PRÉVIO.....	417
15.1. Aviso-prévio trabalhado e indenizado.....	417
15.2. Natureza jurídica.....	418
15.3. Características.....	418
15.4. Base constitucional.....	418
15.5. Aviso-prévio proporcional – Lei nº 12.506/2011.....	419
15.6. Da contagem do prazo.....	422
15.7. Da integração ao tempo de serviço.....	423
15.8. Do cabimento.....	423
15.9. Das consequências jurídicas da falta de aviso-prévio.....	424
15.9.1. Por parte do empregador.....	424
15.9.2. Por parte do empregado.....	424
15.10. Da redução do horário no curso do aviso-prévio.....	425
15.10.1. Para o empregado urbano.....	426
15.10.2. Para o empregado rural.....	427
15.10.3. Para o empregado doméstico.....	427
15.11. Da irrenunciabilidade do aviso-prévio.....	427
15.12. Da reconsideração do aviso-prévio.....	429
15.13. Da justa causa no curso do aviso-prévio.....	429
15.14. Do aviso-prévio e da garantia da estabilidade.....	430
15.15. Do cálculo do aviso-prévio.....	432
15.16. Do início da prescrição.....	435
15.17. Aviso-prévio e norma coletiva.....	436
CAPÍTULO 16 – TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	437
16.1. Resilição.....	437

16.1.1. Dispensa sem justa causa.....	437
16.1.2. Pedido de demissão	439
16.1.3. Distrato	440
16.2. Resolução	444
16.2.1. Dispensa por justa causa	444
16.2.1.1. Requisitos caracterizadores da justa causa	444
16.2.1.2. Hipóteses de justa causa previstas na CLT	447
16.2.1.3. Outras hipóteses de falta grave.....	457
16.2.2. Rescisão indireta	459
16.2.3. Culpa recíproca	469
16.3. Rescisão contratual	470
16.4. Outras formas de terminação do contrato de trabalho.....	470
16.5. Do pagamento, quitação e homologação da rescisão trabalhista	477
16.6. Prazo para pagamento das verbas rescisórias.....	482
16.7. Multa do art. 477, § 8º, x multa do art. 467 da CLT.....	483
16.8. Da anotação do término do contrato na CTPS	487
16.9. Dispensas coletivas ou plúrimas.....	488
16.10. Arbitragem.....	490
16.11. Quitação anual das obrigações trabalhistas.....	491
CAPÍTULO 17 – ESTABILIDADE E GARANTIA DE EMPREGO	493
17.1. Estabilidade decenal	493
17.2. Estabilidade do art. 19 do ADCT da CF/1988	494
17.3. Estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988	495
17.4. Estabilidade provisória.....	500
17.5. Empregado eleito dirigente sindical.....	500
17.6. Da representação dos empregados	513
17.7. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas.....	515
17.8. Empregados eleitos membros da CIPA.....	517
17.9. Empregados eleitos membros de Comissão de Conciliação Prévia (CCP).....	522
17.10. Gestante	523
17.11. Empregado acidentado	532
17.12. Empregados eleitos membros do Conselho Curador do FGTS	536
17.13. Representantes dos empregados no Conselho Nacional de Previdência – CNP	537
17.14. Dispensa Discriminatória	538
17.15. Empregado Reabilitado e Empregado com Deficiência	540
17.16. Dos direitos do empregado no caso de quebra da estabilidade.....	543
17.17. Cargos de Confiança e a Estabilidade.....	545
17.18. Pedido de Demissão de Empregado Estável.....	546
17.19. Pandemia – estabilidade provisória na hipótese de redução de salários e de jornada ou de suspensão temporária do contrato de trabalho.....	547

CAPÍTULO 18 – FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS	549
18.1. Natureza jurídica do FGTS	549
18.2. FGTS obrigatório	550
18.2.1. Da administração do FGTS.....	551
18.2.2. Dos depósitos.....	556
18.2.2.1. Alíquotas do FGTS.....	556
18.2.2.2. Base de cálculo do FGTS	558
18.2.2.3. Atualização monetária do saldo do FGTS.....	562
18.2.2.4. Recolhimento do FGTS nos contratos declarados nulos..	562
18.2.3. Conceito de contribuinte/empregadores.....	563
18.2.4. Conceito de beneficiários	564
18.2.5. Da multa indenizatória.....	567
18.2.6. Da movimentação do saldo do FGTS pelo trabalhador.....	570
18.2.7. Ônus da Prova	575
18.2.8. Suspensão e Interrupção Contratual	576
18.2.9. Alienação/Cessão Fiduciária.....	577
18.2.10. Da prescrição dos créditos referentes ao FGTS.....	579
CAPÍTULO 19 – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	583
19.1. Dos deveres do empregador.....	584
19.2. Dos deveres do empregado	585
19.3. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).....	587
19.4. Equipamento de Proteção Individual (EPI).....	588
19.5. Atividades insalubres	589
19.6. Atividades perigosas.....	592
19.7. Normas comuns à insalubridade e à periculosidade.....	597
19.8. Acidente de Trabalho	598
19.9. Responsabilidade do Empregador/Tomador pelo Acidente de Trabalho...	604
CAPÍTULO 20 – TRABALHO DO MENOR.....	613
20.1. Idades e trabalhos noturno, perigoso e insalubre	614
20.2. Serviços prejudiciais.....	616
20.3. Deveres dos representantes legais e do empregador.....	617
20.4. Carteira de Trabalho.....	618
20.5. Duração do trabalho.....	618
20.6. Estatuto da criança e do adolescente.....	620
20.7. Empregado aprendiz.....	622
20.8. Convenção nº 138 e 182 da OIT.....	624
CAPÍTULO 21 – TRABALHO DA MULHER.....	631
21.1. Introdução.....	631

21.2.	Condições de trabalho da mulher.....	632
21.3.	Duração do Trabalho.....	634
21.3.	Trabalho noturno.....	634
21.4.	Períodos de descanso.....	634
21.5.	Métodos e locais de trabalho.....	635
21.6.	Proteção à maternidade.....	636
21.7.	Licença-maternidade.....	641
21.8.	Licença-maternidade na adoção e guarda judicial.....	644
21.9.	Garantia Provisória no emprego.....	647
CAPÍTULO 22 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....		651
22.1.	Dos prazos decadenciais.....	655
22.2.	Dos prazos prescricionais.....	658
22.2.1.	Do momento da arguição da prescrição.....	658
22.2.2.	Dos prazos previstos em lei.....	659
22.2.3.	Prescrição bienal e prescrição quinquenal.....	662
22.2.4.	Prescrição total e prescrição parcial.....	663
22.2.5.	Mudança de Regime.....	666
22.2.5	Das causas interruptivas, suspensivas e impeditivas.....	667
22.2.6.	Prescrição intercorrente.....	673
22.2.7.	FGTS.....	673
CAPÍTULO 23 – DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....		677
23.1.	Conceito.....	677
23.2.	Funções.....	679
23.3.	Princípios do Direito Coletivo.....	680
23.3.1.	Princípio da Liberdade Sindical.....	680
23.3.2.	Princípio da Autonomia Sindical.....	682
23.3.3.	Princípio da Intervenção Sindical obrigatória na negociação coletiva.....	684
23.3.4.	Princípio da Equivalência entre os negociantes coletivos.....	685
23.3.5.	Princípio da Autonomia Privada Coletiva.....	686
23.3.6.	Princípio da Boa-fé, Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva.....	686
23.3.7.	Princípio da Criatividade Jurídica na Negociação Coletiva.....	687
23.3.8.	Princípio da Adequação Setorial Negociada.....	688
23.3.9.	Princípio da Unicidade Sindical.....	690
23.4.	Convenções nos 87 e 141 da OIT.....	691
23.5.	Organização Sindical Brasileira.....	693
23.5.1.	O Fenômeno Social do Sindicalismo.....	693
23.5.2.	Generalidades.....	694
23.5.3.	Categoria econômica.....	695

23.5.4. Categoria profissional.....	695
23.5.5. Categoria profissional diferenciada.....	696
23.5.6. Do enquadramento sindical.....	696
23.5.7. Estrutura sindical.....	697
23.5.8. Do registo do sindicato.....	708
23.5.9. Funções e prerrogativas.....	710
23.5.10. Receita sindical.....	714
23.3. Condutas Antissindicais.....	722
23.3. Negociação coletiva de trabalho.....	728
23.3.1. Convenções Coletivas de Trabalho (CCT).....	728
23.3.2. Acordos Coletivos de Trabalho (ACT).....	728
23.3.3. Diferenças entre as CCT e os ACT.....	729
23.3.4. Competência para julgamento.....	729
23.3.5. Limitações ao objeto dos ACT e das CCT.....	730
23.3.6. CLT – Título VI – Convenções Coletivas de Trabalho.....	735
23.3.6.1. Do procedimento próprio.....	735
23.3.6.2. Da forma e do conteúdo dos instrumentos dos acordos e das convenções coletivas.....	738
23.3.6.3. Do registo.....	739
23.3.6.4. Da vigência.....	740
23.3.6.5. Da publicidade.....	741
23.3.6.6. Prazo máximo de validade dos efeitos do instrumento coletivo de dois anos.....	741
23.3.6.7. Da prorrogação, revisão, denúncia, revogação e extensão....	742
CAPÍTULO 24 – GREVE.....	749
24.1. Conceito de greve.....	750
24.2. Da classificação do direito de greve.....	751
24.3. Dos requisitos indispensáveis.....	752
24.4. Dos direitos e deveres.....	758
24.5. Natureza da paralisação.....	761
24.6. Efeitos da greve no contrato de trabalho.....	763
24.7. Instauração do dissídio coletivo de greve.....	764
24.8. <i>Lockout</i>	765
24.9. Greve Política.....	765
24.10. Greve dos servidores públicos.....	766
CAPÍTULO 25 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	773
25.1. Introdução.....	773
25.2. Missões da LGPD.....	774
25.3. Fundamentos.....	775

25.4. Princípios	775
25.5. Destinatário da LGPD.....	776
25.6. A quem a LGPD não se aplica	777
25.7. LGPD nas relações de trabalho.....	778
REFERÊNCIAS	787